



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Corregedoria Geral da Administração - Gabinete da Presidência

Portaria

Dispõe sobre as atividades essenciais, a que se refere o Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020.

A PRESIDENTE DA CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (CGA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 2º, 6º e 9º do Decreto nº 57.500, de 8 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (novo coronavírus), e providências correlatas.

CONSIDERANDO os termos da Deliberação nº 1, de 17 de março de 2020, do Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19, de que trata o artigo 3º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020.

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o reconhecimento do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas, instituindo, dentre outras medidas, a suspensão emergencial das atividades de natureza não essencial e o regime excepcional de trabalho aos servidores responsáveis por atividades essenciais.

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019, que instituiu o "Programa SP Sem Papel", e a Resolução SG-57, de 30 de setembro de 2019, que aprovou o manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do referido Programa.

DETERMINA:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, os documentos indicados no inciso I da Deliberação nº 1, de 18 de março de 2020, deverão ser encaminhados pelos servidores da CGA, por via eletrônica, ao Centro Administrativo da CGA, para regularização das frequências.

Artigo 2º - Os servidores que estiverem em jornada laboral mediante teletrabalho, nos termos do artigo 3º, inciso II, do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, deverão permanecer em contato direto com o Gabinete do Presidente, o Departamento de Registro de Documentos e Instrução Processual e os respectivos Coordenadores, pelos meios de comunicação disponíveis, tanto para acionamentos remotos quanto para eventuais acionamentos presenciais que forem

Classif. documental	001.01.01.001
---------------------	---------------





Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Corregedoria Geral da Administração - Gabinete da Presidência

determinados pela Presidente da CGA.

Artigo 3º - Os casos confirmados de COVID-19 com atestado médico externo deverão ser imediatamente comunicados ao Centro Administrativo da CGA, a fim de possibilitar a adoção de medidas administrativas necessárias ao imediato afastamento do servidor, nos termos da legislação em vigor, o controle de frequência e a sua comunicação às autoridades sanitárias competentes.

Artigo 4º - Ficam delegadas ao Centro Administrativo da CGA as atribuições de:

I - identificar e comunicar, aos servidores em efetivo exercício na CGA, que deverão iniciar imediata jornada laboral mediante teletrabalho, quando for o caso;

II - indicar, nos controles de frequência dos servidores, os enquadramentos realizados para cada qual e as justificativas de adoção (declarações médicas pertinentes com a indicação de CID, nos casos atinentes ao artigo 1º, incisos II e III, do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020);

III - fiscalizar o cumprimento da escala de férias e licença-prêmio dos servidores da CGA, em atendimento ao disposto no item II da Deliberação nº 1, de 18 de março de 2020;

IV - manter o controle da escala de férias e licença prêmio dos servidores da CGA, em conjunto com os Coordenadores dos Departamentos e das Corregedorias Setoriais, com a finalidade de assegurar o andamento das atividades essenciais desempenhadas pela CGA.

Artigo 5º - Caberá ao Gabinete do Presidente da CGA, em conjunto com o Centro Administrativo, providenciar a atualização do sítio eletrônico da Corregedoria Geral da Administração sobre o Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, o Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, bem como a presente portaria, redirecionando os atendimentos presenciais para os meios eletrônicos de comunicação disponíveis.

Parágrafo único - A atualização a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser solicitada à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP.

Artigo 6º - Ficam suspensos, durante o período de vigência do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e ressalvados os casos urgentes e inadiáveis:

I - o uso das salas de reuniões, auditórios e demais espaços que permitam aglomeração de pessoas;

II - os prazos dos processos administrativos de atribuição da CGA, incluindo processos administrativos de responsabilização - PAR, bem como procedimentos de natureza investigatória que tramitem em meio físico ou digital;

III - as diligências correccionais externas, inspeções em órgãos da administração, oitivas e reuniões de trabalho, excetuados os casos inadiáveis, de elevada urgência institucional ou assim fixados pelo Presidente da CGA;





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo

Corregedoria Geral da Administração - Gabinete da Presidência

IV - o atendimento presencial ao público, devendo ser dada preferência ao atendimento digital no recebimento de denúncias e reclamações, especialmente pelo instrumento digital "denúncia online", disponibilizado à população no seguinte endereço eletrônico: <http://www.corregedoria.sp.gov.br/Contato.aspx?form=home>.

Parágrafo único - Caberá ao Presidente da CGA avaliar, em conjunto com o Coordenador do respectivo Departamento ou Corregedoria Setorial, a necessidade de realização de qualquer medida administrativa ou correccional no âmbito da CGA, em casos urgentes e inadiáveis, cabendo-lhe, nestas situações, autorizar aquelas consideradas necessárias.

Artigo 7º - Ficam vedados o acesso e trânsito nas dependências da CGA ao público externo, pelo período de vigência do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, permanecendo restrito aos servidores em exercício na CGA, exceto nos casos em que o interessado comprovar a necessidade de ingresso nas dependências da CGA para a prática de atos processuais inadiáveis.

Parágrafo único - Caberá à Assessoria Policial Militar zelar pelo controle de entrada e saída, bem como pela restrição de trânsito de público externo, submetendo os casos excepcionais à deliberação dos Coordenadores dos Departamentos e das Corregedorias Setoriais e, em última análise, ao Presidente da CGA para decisão.

Artigo 8º - A Assessoria da Presidência, os Coordenadores dos Departamentos e das Corregedorias Setoriais que se encontrarem em jornada de teletrabalho deverão adotar as medidas administrativas cabíveis visando priorizar os atendimentos por meios eletrônicos, as movimentações processuais digitais e demais andamentos que não demandem atendimento pessoal, observando-se os termos da regulamentação do "Programa SP Sem Papel".

Artigo 9º - Eventuais situações excepcionais e emergenciais decorrentes da pandemia do COVID-19 que demandem esclarecimentos adicionais serão submetidas, pelo Presidente da CGA, ao Comitê Administrativo Extraordinário de que trata o artigo 3º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020.

Artigo 10 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 22 de março de 2020.

Ruth Helena Pimentel de Oliveira
Presidente
Corregedoria Geral da Administração - Gabinete da Presidência

